



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**DINÂMICAS GEOGRÁFICAS DA PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE MARINGÁ - PR**

João Sipraki Azevedo Freire

Maringá

2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

João Sipraki Azevedo Freire

Dinâmicas geográficas da Praça Napoleão Moreira da Silva: Análise Comparativa dos
Espaços Públicos de Maringá - PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá para obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Roberto Bernardes de Souza Junior.

Maringá

2025

João Sipraki Azevedo Freire

**DINÂMICAS GEOGRÁFICAS DA PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE MARINGÁ - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Data de aprovação: 03/02/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a)

Profa. Dra. Jéssica Soares de Freitas (Universidade Estadual de Maringá - UEM)

Examinador

Prof. Dr. Carlos Roberto Bernardes de Souza Junior – (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD)

Examinador

Prof. Dr. Leonardo Luiz Silveira da Silva (Colégio Militar de Belo Horizonte - CMBH)

RESUMO

A compreensão da dinâmica dos espaços urbanos de uma cidade é de extrema importância para a gestão urbana e social. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos espaços públicos na cidade de Maringá, PR, tomando a Praça Napoleão Moreira da Silva como referência de um espaço público ideal. A praça, que passou por uma recente reforma focada nas necessidades dos usuários, exemplifica como a adequação e o planejamento podem transformar um espaço público em um ambiente vivido e acessível. Por meio de uma combinação de análise teórica e pesquisa de campo, este estudo busca compreender as dinâmicas e morfologias dos espaços públicos, além de explorar os contextos sociais, econômicos e políticos que os moldam, evidenciando revitalização deve ir além de ajustes estéticos, promovendo inclusão, acessibilidade e a valorização da paisagem urbana, com políticas públicas que tornem esses espaços mais democráticos e acolhedores para a população.

Palavras-chave: Espaços públicos; Planejamento urbano; Revitalização.

ABSTRACT

The understanding of the dynamics of urban spaces in a city is of utmost importance for urban and social management. This study aims to conduct a comparative analysis of public spaces in the city of Maringá, PR, using Praça Napoleão Moreira da Silva as a reference for an ideal public space. The square, which underwent a recent renovation focused on user needs, exemplifies how proper planning and adjustments can transform a public space into a vibrant and accessible environment. Through a combination of theoretical analysis and field research, this study seeks to understand the dynamics and morphologies of public spaces while exploring the social, economic, and political contexts that shape them, highlighting that revitalization must go beyond aesthetic adjustments. It should promote inclusion, accessibility, and the enhancement of urban landscapes, supported by public policies that make these spaces more democratic and welcoming for the population.

Keywords: Public spaces; Urban planning; Revitalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização dos espaços públicos.	8
Figura 2: Praça Napoleão Moreira da Silva.	18
Figura 3: Mesas de xadrez e bancos para descanso.	20
Figura 4: Brinquedos para as crianças.	21
Figura 5: Fonte secundária.	22
Figura 6: Acessibilidade, física, da praça.	23
Figura 8: Praça Raposo Tavares.	32
Figura 9: Parque dos Pioneiros.	33
Figura 10: Parque do Ingá.	34
Figura 11: Praça Manoel Ribas.	35
Figura 12: Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho.	36
Figura 13: Acessibilidade na Praça Raposo Tavares.	37
Figura 14: Acessibilidade na Praça Raposo Tavares.	38
Figura 15: Acessibilidade no Parque dos Pioneiros.	38
Figura 16: Acessibilidade na Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho.	40
Figura 17: Acessibilidade na Praça Manoel Ribas.	40
Figura 18: Pontos de alimentação e compra na Raposo Tavares.	42
Figura 19: Shopping próximo a Raposo Tavares.	43
Figura 20: Câmera de segurança e a infraestrutura da praça.	44
Figura 21: Teatro público.	44
Figura 22: Infraestrutura do Parque dos Pioneiros.	45
Figura 23: Pontos de alimentação e hidratação.	46
Figura 24: Pista de caminhada, lado externo do parque	47
Figura 25: Área para lazer e descanso ao lado do parque.	47
Figura 26: Área para lazer e descanso.	48
Figura 27: Área para lazer e descanso.	48
Figura 30: Infraestrutura geral da praça.	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DA PAISAGEM E DO COTIDIANO URBANO	11
2.1 O QUE É ESPAÇO PÚBLICO?	11
2.2 ACESSIBILIDADE NOS/DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	13
2.3 COMO O ESPAÇO (PÚBLICO) SE RELACIONA AO COTIDIANO?	15
2.4 PAISAGEM, MORFOLOGIA URBANA E ESPAÇOS PÚBLICOS	16
3 ESTUDO DE CASO - PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA	18
3.1 HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES	18
3.2 CARACTERÍSTICAS E USABILIDADE	19
3.3 PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS	24
4 ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: QUALIDADE, ACESSIBILIDADE E USO	29
4.1 PAISAGEM E MORFOLOGIA URBANA	31
4.2 ACESSIBILIDADE	36
4.3 INFRAESTRUTURA	41
4.4 USO SOCIAL	50
4.5 ESPAÇOS PLANIFICADOS E DINÂMICAS DE HOMOGENEIZAÇÃO	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Os espaços públicos desempenham um papel essencial no cotidiano urbano, servindo como locais de encontro, lazer, atividades culturais e práticas esportivas. Esses ambientes funcionam como espaços de convivência democrática, permitindo trocas sociais e fortalecendo o senso de pertencimento e identidade comunitária. Em cidades com planejamento cuidadoso, como Maringá, praças e parques podem ser elementos fundamentais para promover a integração social e a qualidade de vida da população.

Contudo, a eficiência e a inclusão proporcionadas por esses espaços dependem de fatores como infraestrutura adequada, acessibilidade, segurança e manutenção contínua. O planejamento e a gestão dos espaços públicos são temas que se entrelaçam com questões sociais, econômicas e políticas, uma vez que esses ambientes refletem as prioridades e decisões da administração pública.

Regiões centrais costumam ser priorizadas em termos de investimentos e manutenção, enquanto áreas periféricas, não sendo necessariamente apenas áreas afastadas do centro, mas sim uma condição econômica imposta aos mais pobres, sofrem com a ausência de melhorias e equipamentos básicos. Esse cenário reflete uma dinâmica urbana marcada por desigualdades socioeconômicas, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam uma gestão urbana mais equilibrada e participativa, capaz de atender às necessidades de todos os moradores, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica.

Além de oferecerem oportunidades de lazer e recreação, praças e parques contribuem para a promoção de atividades culturais e esportivas, desempenhando um papel importante na saúde física e mental dos cidadãos. Entretanto, quando mal conservados ou com infraestrutura inadequada, esses locais podem se tornar pouco atrativos e, em alguns casos, representar riscos para os frequentadores, limitando seu uso e comprometendo seu potencial como espaços de convivência.

Pautado nesses princípios, o presente trabalho tem como objetivo analisar os principais espaços públicos de Maringá, localizada no noroeste do Paraná, é conhecida nacionalmente como uma cidade urbanamente planejada e verde. Fundada em 1947 como parte de um projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, Maringá foi idealizada para ser uma cidade-jardim. Esse modelo urbanístico priorizou avenidas largas, uma distribuição estratégica de praças e uma densa arborização, que se tornaram marcas registradas da cidade.

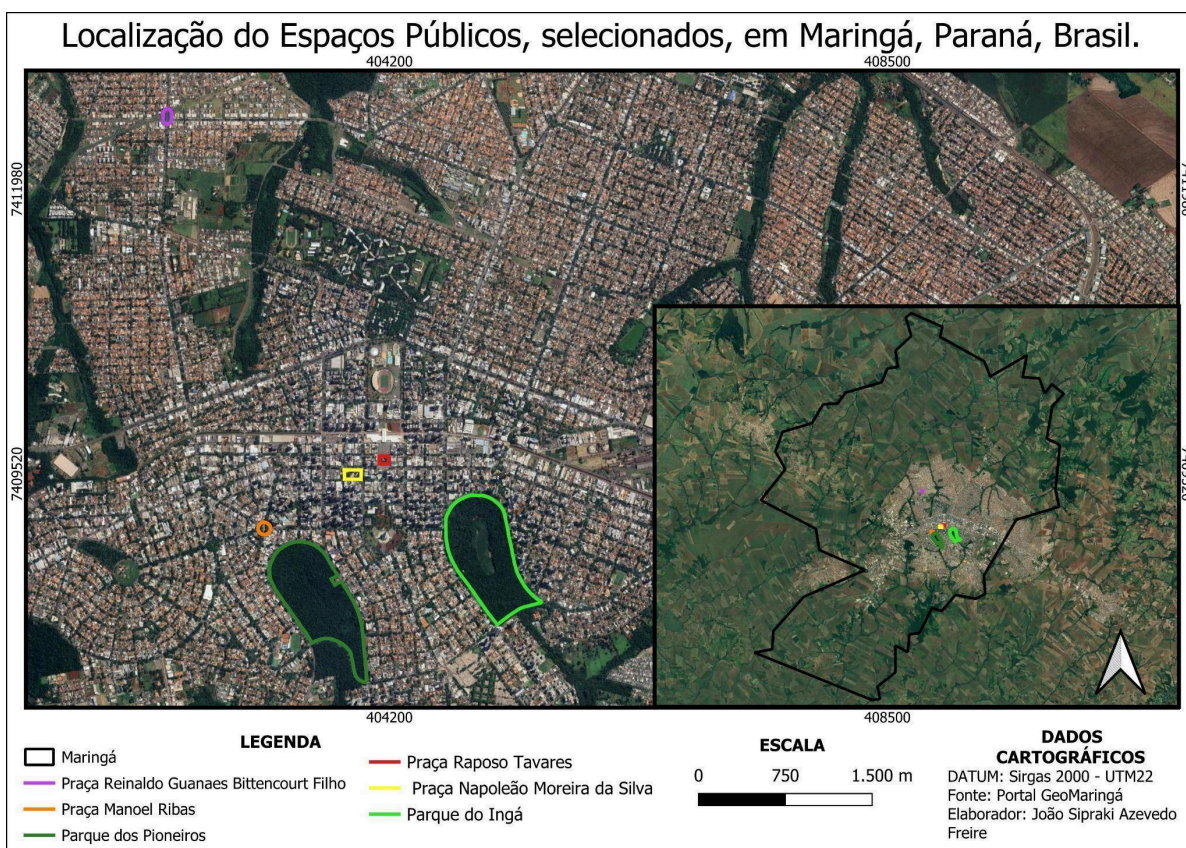
As praças, em particular, possuem um papel fundamental no planejamento urbano de uma cidade. Elas não apenas embelezam a cidade, mas também promovem bem-estar, lazer e

convivência social. Funcionando como espaços públicos acessíveis a todos, as praças ajudam a reduzir desigualdades sociais, criando pontos de encontro que facilitam a interação entre diferentes grupos. Além disso, desempenham um papel ambiental significativo, auxiliando na regulação térmica, na redução da poluição atmosférica e na conservação da biodiversidade.

Essas áreas verdes, distribuídas de forma estratégica entre o centro e os bairros, também se destacam como locais de promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer, contribuindo para o fortalecimento do senso de comunidade e para a valorização do espaço público como um direito de todos. A presença de praças de qualidade reflete uma visão de planejamento urbano que equilibra as necessidades práticas da vida cotidiana com a criação de um ambiente acolhedor e funcional.

A escolha pelo modelo de cidade-jardim demonstra como o planejamento urbano pode aliar infraestrutura, sustentabilidade e qualidade de vida. Estudar as dinâmicas e características desses espaços públicos é essencial para compreender o impacto de decisões urbanísticas na vida dos moradores e para identificar caminhos para tornar a cidade ainda mais inclusiva e acessível.

Figura 1: Mapa de localização dos espaços públicos.



Fonte: Autor (2024).

Com ênfase na Praça Napoleão Moreira da Silva, considerando seu papel histórico e social como ponto de convergência e interação comunitária, foram selecionados para esse estudo comparativo algumas praças principais. A análise comparativa inclui também outros espaços emblemáticos, como a Praça Raposo Tavares, o Bosque 2 e o Parque do Ingá, permitindo identificar tanto as potencialidades quanto as deficiências desses locais. Especificamente, busca-se conceituar o espaço público, destacando suas características, transformações e a influência das políticas urbanas, acessibilidade e a nova urbanidade.

Além disso, pretendeu-se listar os principais espaços públicos de Maringá, avaliando sua morfologia, infraestrutura e os impactos das políticas públicas e das dinâmicas sociais e econômicas. Por fim, o estudo objetiva analisar as percepções dos cidadãos sobre a paisagem desses espaços, buscando compreender suas impressões e experiências.

Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se uma abordagem metodológica que combina análise teórica, observação de campo e coleta de depoimentos. Essa estratégia permitiu compreender as dinâmicas e morfologias dos espaços públicos em Maringá, com ênfase na relação entre planejamento urbano, uso social e qualidade dos espaços analisados.

Foram utilizados livros, artigos acadêmicos e estudos técnicos relacionados a espaços públicos, planejamento urbano, acessibilidade e inclusão social. Os principais autores consultados incluem Milton Santos (2006), Angelo Serpa (2007) e Ana Fani Alessandri Carlos (2014), cujas teorias embasam as análises e interpretações.

Para coleta de dados foram utilizados câmera fotográfica, para documentar as condições estruturais e ambientais dos espaços analisados; bloco de anotações, empregado para registrar observações qualitativas durante as visitas de campo e gravador de áudio, ferramenta usada para captar depoimentos de frequentadores dos espaços públicos.

O estudo iniciou-se com uma revisão teórica para fundamentar os conceitos de espaços públicos, acessibilidade, planejamento urbano e suas relações com a inclusão social. Essa etapa foi essencial para estabelecer os critérios de análise aplicados posteriormente.

Após a base teórica do trabalho ter sido alcançada, o próximo passo foi a criação de um roteiro para entrevistas à população e foram realizadas visitas a diferentes espaços públicos de Maringá, com maior atenção à Praça Napoleão Moreira da Silva, usada como referência central. Nessas visitas, aspectos como infraestrutura, acessibilidade, organização espacial e uso social foram documentados e analisados. Durante o campo, frequentadores dos espaços analisados foram entrevistados para compreender suas percepções e experiências em relação a esses locais. Os depoimentos forneceram insights valiosos sobre o uso social, a

sensação de segurança e as necessidades percebidas pelos usuários.

Com todos os dados coletados, os espaços analisados foram comparados com base em quatro critérios principais: infraestrutura, acessibilidade, uso social e segurança. Esses critérios foram definidos a partir da literatura revisada e das observações realizadas em campo.

Por meio dessas análises, pretendeu-se reforçar a relevância de um planejamento urbano que valorize a diversidade e a funcionalidade dos espaços públicos, reconhecendo sua importância para o bem-estar coletivo e o fortalecimento das relações sociais. Com ações integradas e a participação ativa da sociedade, é possível transformar praças e parques em ambientes verdadeiramente acolhedores e democráticos, promovendo uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável. Além disso, o estudo evidenciou as disparidades existentes entre áreas centrais e periféricas da cidade, nas quais os espaços públicos frequentemente apresentam condições desiguais de conservação e uso.

Nas próximas seções, o trabalho abordará inicialmente os fundamentos teóricos que sustentam a análise, discutindo conceitos como espaço público, acessibilidade, paisagem e cotidiano urbano. Posteriormente, o estudo de caso da Praça Napoleão Moreira da Silva será explorado em profundidade, servindo de referência das futuras análises dos espaços públicos da cidade. Por fim, apresenta-se uma análise comparativa entre os espaços públicos estudados, destacando as conclusões obtidas e propondo diretrizes para um planejamento urbano mais inclusivo, que promova a qualidade de vida dos cidadãos de Maringá.

2 O ESPAÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DA PAISAGEM E DO COTIDIANO URBANO

2.1 O QUE É ESPAÇO PÚBLICO?

O conceito de espaço público é multifacetado e envolve aspectos políticos, sociais, culturais e jurídicos. Ele é tradicionalmente visto como um local acessível a todos, independentemente de classe, etnia ou condição social. No entanto, o espaço público não se limita a um conjunto de objetos físicos, como ruas, praças e parques; ele é também uma construção social e simbólica, onde as relações humanas se formam, manifestam e ressignificam. Essas interações refletem as dinâmicas de poder vigentes e são moldadas tanto pelas políticas urbanas quanto pelo uso cotidiano da população.

De acordo com Santos (2006), o espaço deve ser compreendido como uma rede de relações que se concretizam por meio de objetos, sejam eles naturais ou artificiais, que atuam como intermediários das interações humanas. Serpa (2007) reforça essa perspectiva ao afirmar que a apropriação do espaço público é influenciada pela configuração das cidades, onde os objetos e as normas que regem seu uso expressam as relações de poder e a identidade cultural local. Segundo o autor:

Merriman e Revill (2008) acrescentam que o espaço público não é neutro; ele é configurado tanto por práticas cotidianas quanto pelas regras institucionais que ordenam o comportamento e os fluxos de pessoas. Elementos como calçadas, semáforos e bancos moldam a circulação e muitas vezes determinam quem pode acessar e permanecer nesses espaços, tornando o espaço público um palco de negociações e disputas sociais. (Serpa, 2004, p.14)

O espaço público desempenha um papel essencial na manifestação política e cultural. Ele serve como um palco para a expressão de valores, interesses e demandas sociais, sendo frequentemente o local de debates públicos, manifestações e celebrações coletivas.

Para Goheen (1998), o espaço público é um símbolo de cidadania e uma arena onde as interações sociais refletem a luta por reconhecimento e visibilidade. Assim, a distinção entre espaço público e privado não se limita à dimensão física, mas carrega uma forte carga simbólica, evidenciando as disputas pelo pertencimento e pelo direito à cidade. (Serpa, 1998, p.16)

A análise das diferenças entre o centro e a periferia urbana exemplifica a complexidade do espaço público e a noção de pertencimento dos espaços. Nas regiões centrais, os espaços públicos são frequentemente bem equipados e recebem investimentos

regulares em manutenção e segurança, servindo também como palco de eventos culturais e políticos.

No entanto, essas áreas podem restringir o acesso de certos grupos por meio de políticas de segurança ou projetos que priorizam a estética em detrimento da inclusão. Por outro lado, nas periferias, o espaço público reflete as desigualdades econômicas e sociais. As praças e ruas dessas regiões podem apresentar falta de manutenção, iluminação precária e ausência de equipamentos de lazer.

Em Maringá, nossa área de estudo, por exemplo, as praças em regiões periféricas, reiterando que tais regiões não é algo exclusivo nos extremos nas cidades, pois com a gentrificação nas áreas centrais e a especulação imobiliária, presente principalmente em condomínios horizontais, parte da população mais desfavorecida se vê obrigada a abandonar sua moradia criando novos centros periféricos em áreas entre o centro e a borda cidade, são visivelmente menos cuidadas em comparação às praças centrais, reforçando um padrão de planejamento urbano que prioriza áreas economicamente privilegiadas e perpetua a segregação socioespacial.

Outro ponto relevante na discussão sobre o espaço público é a existência de espaços híbridos, que desafiam as distinções tradicionais entre público e privado. Exemplos disso incluem shoppings, parques corporativos e praças de alimentação, que são espaços privados de uso coletivo onde o acesso é permitido, mas regulado por normas impostas pelos proprietários.

Em contrapartida, existem espaços públicos que funcionam, na prática, como áreas de uso exclusivo, como praças e ruas em condomínios fechados ou bairros elitizados, onde o acesso é restrito de forma indireta. É o caso da Vila Olímpica, que apesar de ser pública, podendo ir e vir quando bem entender, alguns de seus usos, como as piscinas e quadras de vôlei de areia, são de usos privados.

Serpa (2007) destaca que a privatização desses espaços enfraquece a democratização da cidade e reforça a lógica de exclusão. Arantes, Vainer e Maricato (2000) complementam ao afirmar que a "cidade-empresa" utiliza o espaço público como um atrativo econômico, subordinando a experiência coletiva ao consumo e às normas de mercado.

A regulação do espaço público é essencial para a convivência urbana. As regras que definem o que pode ou não ser feito nesses locais buscam garantir a coexistência de diferentes grupos, mas também podem ser utilizadas para restringir o uso por determinados segmentos da população. Elementos como grades, câmeras de segurança e normas de conduta limitam as possibilidades de apropriação espontânea e criativa do espaço. Ao mesmo tempo, a ausência

de regulação adequada pode transformar o espaço público em um ambiente de conflitos e insegurança.

O conceito de "direito à cidade", proposto por Lefebvre (1968), defende que todos os habitantes deveriam ter o poder de participar ativamente da construção e uso dos espaços urbanos. O direito à cidade vai além do acesso físico aos espaços públicos, abrangendo a possibilidade de transformá-los conforme as necessidades da comunidade. Nesse contexto, políticas públicas que promovam a inclusão e a diversidade são essenciais para garantir que praças, parques e ruas se tornem espaços de encontro, expressão e convivência para todos.

O espaço público reflete as relações sociais e políticas que estruturam a cidade. Ele desempenha um papel fundamental na mediação das interações humanas e na promoção da cidadania, mas também evidencia desigualdades e disputas pelo direito ao uso e à permanência.

Compreender essas dinâmicas é crucial para construir cidades mais justas e democráticas, onde o espaço seja verdadeiramente acessível e acolhedor para todos. A distinção entre áreas centrais, podendo ou não serem gentrificadas, e periféricas, a regulação das atividades e a existência de espaços híbridos ilustram os desafios e as potencialidades do espaço público contemporâneo. Um planejamento urbano que valorize a diversidade e o pertencimento é essencial para assegurar que o direito à cidade seja efetivamente exercido.

2.2 ACESSIBILIDADE NOS/DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A acessibilidade não é apenas uma questão de mobilidade física, mas um elemento crucial que afeta diretamente o uso social dos espaços urbanos e a equidade espacial. Serpa (2007) destaca que a acessibilidade é um conceito central na geografia urbana, especialmente quando se considera a inclusão social e a possibilidade emancipatória da justiça espacial.

A discussão sobre acessibilidade deve abordar não apenas a presença de rampas ou calçadas niveladas, mas também a maneira como os espaços urbanos são apropriados e regulados, influenciando quem tem o direito de usufruir desses espaços e quem é excluído de seu uso. Segundo Castillo (2016), a hierarquia social cria barreiras que vão além do físico e impactam o acesso a esses espaços, reforçando desigualdades.

A presença ou ausência de acessibilidade nos espaços urbanos evidencia a ligação direta entre a mobilidade e a justiça social. Em cidades marcadas por fortes distinções de classe e apropriação desigual do solo urbano, a ausência de elementos que garantam a acessibilidade reforça a segregação espacial, criando espaços dominantes e dominados.

Como apontado por Serpa (2007), essas dinâmicas revelam que a estrutura urbana não apenas reflete, mas também reforça as hierarquias sociais, promovendo uma divisão simbólica e material entre os espaços privilegiados e os marginalizados. Por sua vez, Castillo (2016) reforça que a apropriação desigual dos espaços públicos transforma o acesso a bens urbanos em um privilégio reservado às classes mais abastadas, em detrimento das populações vulneráveis.

A segregação espacial não é apenas uma barreira física; trata-se também de um processo que reforça a invisibilização de grupos sociais historicamente excluídos. A delimitação clara entre espaços privados e públicos reflete uma fragmentação urbana que apaga as interações de bairro, anteriormente marcadas pela proximidade e pelo reconhecimento entre vizinhos.

A cidade contemporânea, nesse contexto, torna-se um ambiente funcional, institucionalizado e anônimo, perdendo a vitalidade característica dos espaços públicos tradicionais. Serpa (2007) enfatiza que essa nova urbanidade é definida pela criação de espaços utilitários e estéreis que frequentemente são apropriados de forma desigual.

O espaço urbano, além de refletir as desigualdades sociais, também impõe regulações que influenciam a acessibilidade e moldam os fluxos urbanos. Elementos como pistas de rolamento, calçadas, meio-fio, faixas de pedestres e semáforos regulam o comportamento dos pedestres e veículos.

Embora sejam necessários para o funcionamento da cidade, esses dispositivos podem atuar como barreiras para a circulação de pessoas com mobilidade reduzida quando são mal planejados ou negligenciados. Nesse sentido, políticas urbanas que negligenciam a acessibilidade acabam por perpetuar a exclusão social, restringindo o acesso a serviços, cultura e lazer.

A fragmentação do espaço urbano e a prevalência de espaços privados de uso público, como já comentado previamente, reforçam a exclusão. Esses locais, embora acessíveis, possuem regras e limitações que determinam quem pode usufruí-los plenamente. Por outro lado, muitos espaços públicos tradicionais são abandonados ou carecem de infraestrutura básica, dificultando a presença das populações mais vulneráveis.

Essa dinâmica evidencia a relação intrínseca entre acessibilidade e cidadania, como Lefebvre (1968) já apontava ao defender o direito à cidade como um direito de uso coletivo e democrático dos espaços urbanos - um potencial revolucionário para transformar a própria cidade em conjunto à sociedade. Portanto, a acessibilidade é uma peça-chave na construção de uma cidade mais inclusiva e justa.

Sua eficácia depende da implementação de políticas urbanas que considerem a acessibilidade não apenas como um ajuste técnico, mas como um compromisso com a equidade espacial. O planejamento urbano deve levar em conta as necessidades de todos os habitantes e buscar ativamente reduzir as barreiras físicas e simbólicas que impedem o pleno acesso aos espaços públicos.

De acordo com Arantes, Vainer e Maricato (2000), a criação de uma cidade mais democrática passa pela superação das lógicas mercantilizadas de uso do solo e pela revalorização dos espaços de convivência e troca social. A promoção da acessibilidade plena requer um olhar atento às dinâmicas de exclusão e uma abordagem integradora que coloque os cidadãos no centro das decisões de planejamento urbano.

2.3 COMO O ESPAÇO (PÚBLICO) SE RELACIONA AO COTIDIANO?

As práticas e experiências cotidianas dos indivíduos moldam o espaço urbano, refletindo as dinâmicas sociais e temporais que caracterizam a vida na cidade. Serpa (2007) discute a ideia de uma geografia do cotidiano como uma geografia de coexistência, onde o presente interage continuamente com o passado e o futuro, formando territórios e lugares que são dinâmicos e estão em constante transformação. Essa perspectiva evidencia que a cidade não é apenas um cenário estático, mas um espaço onde as relações humanas se desenvolvem e se reinventam a partir de práticas cotidianas.

A abordagem geográfica contemporânea enfatiza a relevância do espaço vivido, conceito central para compreender como os indivíduos se apropriam e atribuem significados aos espaços urbanos. Nesse contexto, as práticas cotidianas e as experiências individuais não apenas moldam o ambiente urbano, mas também são moldadas por ele, reforçando a ideia de que o espaço urbano é simultaneamente um produto e um agente das dinâmicas sociais, políticas e econômicas.

Lefebvre (1968) destaca que o espaço não é apenas um reflexo das relações de produção, mas também uma construção que influencia diretamente a vida cotidiana dos habitantes. Essa interação entre temporalidades revela uma geografia de coexistência, na qual o presente, o passado e o futuro se entrelaçam de forma dinâmica. No cotidiano, territórios e lugares são constantemente criados e recriados por meio de práticas individuais e coletivas.

Essas construções, entretanto, não são definitivas; elas se transformam continuamente, servindo como plataformas para ações que carregam memórias e expectativas. Serpa (2007) argumenta que essa construção de lugares não ocorre de forma uniforme, pois está

intrinsecamente relacionada às experiências particulares e aos contextos sociais em que os sujeitos estão inseridos.

Ao considerar a cidade como um espaço de relações em constante mutação, é possível compreender que os territórios urbanos são palco tanto de tensões quanto de possibilidades de convivência, como já comentado anteriormente. Arantes, Vainer e Maricato (2000) ressaltam que os lugares urbanos podem ser apropriados de maneiras distintas por diferentes grupos sociais, o que reforça a importância de se analisar como as dinâmicas do cotidiano influenciam e são influenciadas pela organização espacial das cidades.

Essas práticas cotidianas revelam não apenas as rotinas dos indivíduos, mas também as disputas simbólicas e materiais que moldam a vida urbana. Essa abordagem permite compreender a cidade como um organismo vivo, em que os lugares são constantemente ressignificados à medida que os indivíduos interagem com eles, sendo moldada por ações e experiências que se entrelaçam com o passado, o presente e as expectativas de futuro.

2.4 PAISAGEM, MORFOLOGIA URBANA E ESPAÇOS PÚBLICOS

A paisagem, nesse sentido, é a concretização de um instante da sociedade, uma representação material dos arranjos espaciais resultantes das relações sociais que captura o momento em que a sociedade imprime sua presença no espaço. Enquanto a paisagem pode ser entendida como uma "coisa", uma expressão física e simbólica do ambiente, a espacialização é funcional, servindo a objetivos específicos dentro do contexto social, e o espaço, em sua essência, é estrutural, fornecendo a base sobre a qual essas dinâmicas se desenrolam.

Milton Santos (2006) explora a dicotomia entre espaços vividos e espaços alienados, ressaltando que os espaços vividos refletem a vida cotidiana e as experiências singulares dos indivíduos, enquanto os espaços alienados são controlados pela lógica do mercado e pelo capital. Nesse processo de alienação, o espaço é esvaziado de significados subjetivos, tornando-se um instrumento regulado por quem detém o poder econômico, o que transforma os habitantes em estranhos ao ambiente em que vivem.

A cidade contemporânea exemplifica essa passagem do espaço de consumo para o consumo do espaço, onde a mediação das trocas e interações é moldada pela lógica mercantil. A transformação dos espaços públicos é um processo contínuo, profundamente influenciado pelas políticas urbanas e pela lógica do capital.

Carlos (2011) discute como essas políticas reconfiguram a morfologia urbana para atender à reprodução do capital, resultando em novos arranjos de espaços públicos e privados. A urbanização contemporânea, capitalista e neoliberalizada, frequentemente cria espaços

morfologicamente padronizados e homogeneizados. Eles muitas vezes são rejeitados pelos habitantes por sua falta de vínculo com a realidade cotidiana, mesmo que apresentem apelo estético nos projetos arquitetônicos e nos planos urbanísticos - que tentam vender o espaço antes de garantir a plenitude de seus valores de uso.

A criação de novos espaços de sociabilidade, como centros comerciais que se apresentam como espaços públicos, mas que são controlados por interesses privados, evidencia a tensão entre o espaço vivido e o espaço alienado. Esses espaços públicos subvertidos exemplificam a "planificação do espaço", termo utilizado para descrever a homogeneização de lugares, regiões e paisagens, diferenciados apenas pela distância física.

Tais processos de padronização resultam frequentemente em paisagens e lugares que, embora possam ser visualmente atrativos, acabam se tornando desumanizados aos olhos dos habitantes, que não se reconhecem neles.

Além disso, essa homogeneização tende a enfraquecer a identidade local, apagando elementos culturais e históricos em nome da funcionalidade e do controle. Serpa (2007) reforça que essa dinâmica não apenas reflete, mas também intensifica as desigualdades sociais e espaciais, tornando os espaços urbanos produtos padronizados que atendem principalmente aos interesses de mercado, em detrimento das necessidades sociais e culturais das comunidades locais.

Portanto, a construção e a transformação dos espaços públicos são processos complexos que envolvem não apenas a organização física do espaço, mas também a articulação das relações sociais e de poder que nele se realizam. Esses espaços, enquanto produtos da ação humana, são simultaneamente resultados e agentes das dinâmicas sociais e econômicas, refletindo tanto as tensões quanto às possibilidades de convivência na vida urbana contemporânea.

3 ESTUDO DE CASO - PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA

3.1 HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

A Praça Napoleão Moreira da Silva (Figura 2), localizada no coração de Maringá, Paraná, tem desempenhado um papel central na vida comunitária da cidade desde sua inauguração há várias décadas. Nomeada em homenagem a Napoleão Moreira da Silva, figura de relevância histórica local e comerciante pioneiro de Maringá Velho, a praça sempre foi um ponto de encontro e convivência social, refletindo a dinâmica cultural e política da cidade.

Figura 2: Praça Napoleão Moreira da Silva.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Segundo Leal (2023), esse logradouro se consolidou como um dos principais espaços de socialização da cidade desde sua concepção, passando por diversas mudanças significativas ao longo do tempo. Desde o seu início, a praça abrigou eventos culturais, feiras ao ar livre, encontros políticos e celebrações religiosas.

Nos anos 1950, por exemplo, o local era conhecido por ser um ponto de referência para comícios e manifestações populares, sendo também um espaço de encontro para

carroceiros e táxis, como apontado por registros históricos. Com o passar do tempo, transformações significativas ocorreram. Em 1962, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná contratou o arquiteto José Augusto Bellucci para projetar a urbanização da praça, introduzindo formas geométricas abstratas e elevando o centro da praça em 60 centímetros, proporcionando uma perspectiva diferenciada para quem circulava pelo local (Leal, 2023).

A praça também se tornou palco de momentos marcantes da história local, como o plantio da seringueira, símbolo emblemático durante muitos anos, e a instalação de monumentos em homenagem a figuras importantes. A partir dos anos 1970, o espaço se transformou em um ponto estratégico para o transporte público, abrigando diversos pontos de ônibus até a inauguração do terminal da Avenida Tamandaré na década de 1990. Essa constante reinvenção demonstra como o espaço público é ressignificado ao longo do tempo de acordo com as demandas urbanas e sociais.

Recentemente, a Praça Napoleão Moreira da Silva passou por uma série de reformas que buscaram modernizar o espaço sem apagar sua identidade histórica. Entre as principais mudanças, destacam-se a instalação de mesas de xadrez, que promovam um ambiente de encontro e lazer para diferentes gerações, e a construção de playgrounds, tornando o espaço mais acolhedor e inclusivo para famílias. A implementação de fontes d'água contribuiu para embelezar o ambiente e trouxe um elemento lúdico, reforçando o caráter recreativo da praça.

Essas intervenções revitalizaram a estrutura física do local e também ampliaram suas funcionalidades, reafirmando seu papel como um espaço de convivência e lazer no centro da cidade. Leal (2023) ressalta que a praça preserva seu simbolismo ao integrar elementos históricos com recursos contemporâneos, promovendo um espaço público dinâmico e plural. Além disso, a periodicidade de eventos culturais e a tradicional "Casa do Papai Noel", montada anualmente desde 1996, evidenciam a vitalidade do local e seu papel na construção da identidade coletiva de Maringá.

A preservação da Praça Napoleão Moreira da Silva ilustra a importância de políticas de revitalização que respeitem a memória coletiva e a função social dos espaços públicos. O processo de transformação de praças históricas envolve não apenas reformas estruturais, mas também a manutenção de práticas culturais e sociais que fortalecem o vínculo da população com esses espaços. A história desta praça revela que os espaços públicos não são estáticos, mas agentes ativos na reprodução e transformação das dinâmicas urbanas.

3.2 CARACTERÍSTICAS E USABILIDADE

A Praça Napoleão Moreira da Silva foi projetada com uma configuração urbana que busca atender de forma eficiente e acolhedora as necessidades de seus usuários. Desde a reurbanização realizada em 1962, a praça passou a ser dividida em áreas específicas que oferecem espaços de lazer, recreação e descanso. A organização do espaço reflete uma abordagem que busca criar um ambiente multifuncional e atrativo para a população.

Como citado por Leal (2023), as mesas de xadrez, localizadas em áreas sombreadas, tornaram-se pontos de encontro onde diferentes gerações podem socializar, jogar ou simplesmente descansar (Figura 3). Além disso, os *playgrounds* infantis oferecem um espaço seguro e adequado para o entretenimento das crianças, exemplificando como a paisagem foi projetada para criar um ambiente multifuncional e acolhedor.

Figura 3: Mesas de xadrez e bancos para descanso.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

No entanto, como destacado por Carlos (2011), é crucial que a revitalização de espaços públicos vá além da dimensão estética, considerando também as práticas cotidianas e as relações humanas que dão significado à paisagem. Na Praça Napoleão, a ausência de serviços essenciais, como pontos de hidratação e sanitários, compromete o uso pleno do

espaço e limita o potencial da paisagem como um local de convivência inclusivo. Essa desconexão entre a funcionalidade e as necessidades dos usuários torna-se evidente especialmente à noite, quando a sensação de insegurança domina, desestimulando o uso prolongado da praça.

A paisagem da praça também se transforma ao longo do dia, refletindo diferentes dinâmicas sociais. Durante o horário comercial, ela funciona principalmente como um espaço de passagem e descanso, enquanto à noite, grupos sociais marginalizados frequentemente ocupam o local, ressaltando as tensões entre o espaço vivido e o espaço alienado, como descrito por Santos (2006). Essa dualidade destaca como a paisagem é moldada tanto pelas práticas cotidianas quanto pelas condições econômicas e políticas que afetam sua gestão e uso.

Figura 4: Brinquedos para as crianças.



Fonte: Autor (Outubro, 2024).

Figura 5: Fonte secundária.



Fonte: Autor (Outubro, 2024).

Morfologicamente, as áreas de convivência são equipadas com bancos dispostos ao redor das fontes e jardins, proporcionando um refúgio de tranquilidade em meio ao movimento urbano. Esses espaços permitem momentos de relaxamento tanto para moradores quanto para visitantes, reforçando o papel da praça como um local de lazer que almeja ser acessível a todos.

A escolha dos materiais utilizados na pavimentação e nos mobiliários urbanos, como bancos e mesas, demonstra uma preocupação formalista com a durabilidade e a harmonia estética, integrando-se ao paisagismo e ao design geral da praça. Esses elementos arquitetônicos foram pensados para incentivar o uso prolongado do espaço, promovendo interações sociais e a sensação de pertencimento para pessoas de todas as idades e origens.

Outro aspecto relevante é a acessibilidade e a mobilidade urbana proporcionada pela Praça Napoleão Moreira da Silva. Situada em uma localização central em Maringá, a praça é de fácil acesso para pedestres e ciclistas, contando com faixas de pedestres em todas as suas extremidades e calçadas bem conservadas (Figura 6), características que, segundo a Secretaria de Cultura de Maringá, estão acima da média de outras áreas urbanas da cidade. A proximidade com importantes linhas de transporte público, como terminais de ônibus e ciclovias, reforça seu papel como um ponto de convergência para a comunidade.

Figura 6: Acessibilidade, física, da praça.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

As recentes reformas incluíram significativas melhorias na acessibilidade, garantindo um ambiente inclusivo para pessoas com mobilidade reduzida. Foram instaladas rampas, pisos táteis e caminhos acessíveis que ampliaram o acesso ao espaço público. Essas melhorias atendem às demandas contemporâneas por inclusão e reforçam o caráter democrático da praça, que se adapta às necessidades de seus usuários sem perder suas características históricas e culturais.

Em suma, a Praça Napoleão Moreira da Silva exemplifica como a paisagem é um produto dinâmico e multifacetado, moldado pelas interações entre infraestrutura, história e práticas cotidianas. Sua configuração atual, que alia funcionalidade e inclusão, reflete as relações sociais e políticas que definem os espaços públicos em Maringá. No entanto, as tensões e desafios observados, como a insegurança noturna e a falta de alguns serviços básicos, também destacam a necessidade de intervenções contínuas que garantam que a paisagem da praça permaneça um símbolo de convivência, pertencimento e acessibilidade para toda a comunidade.

3.3 PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS

A Praça Napoleão Moreira da Silva é considerada um dos espaços públicos mais importantes de Maringá, funcionando como um ponto de encontro significativo para a população local. A praça pode ser interpretada como uma expressão física e simbólica das dinâmicas sociais que moldam o espaço urbano. A paisagem, segundo Milton Santos (2006), é mais do que o aspecto visível de um local; ela incorpora os significados sociais, históricos e culturais atribuídos ao ambiente, tornando-se um reflexo das relações humanas que ali ocorrem.

Os depoimentos coletados durante visitas de campo revelam percepções mistas dos frequentadores. Enquanto a infraestrutura e o ambiente arborizado são frequentemente elogiados por criarem um espaço confortável e adequado para atividades físicas e lazer, a sensação de segurança é um ponto crítico que impacta negativamente o uso do espaço.

A sensação de insegurança na praça varia ao longo do dia, sendo mais acentuada durante a noite, quando o espaço é ocasionalmente frequentado por pessoas em situação de vulnerabilidade social e por atividades relacionadas ao narcotráfico. Mariana Terra (informação verbal, entrevista) acrescenta que *“me senti desconfortável com os assédios até mesmo ter que andar mais atenta pra desviar[...] [...] mas também ajudaria na questão do assédio um policiamento maior pra melhor segurança”*.

Como consequência, algumas pessoas que costumavam realizar atividades ao ar livre durante a noite, como caminhadas, passaram a evitar a praça devido à sensação de insegurança. Apesar disso, durante o dia, a praça é intensamente utilizada por diferentes grupos, incluindo famílias, jovens e idosos, reforçando seu papel como um espaço de integração social.

Essa situação encontra respaldo nos estudos de Goheen (1998), que apontam que a segurança e a regulação são fatores essenciais para o acesso e a apropriação dos espaços públicos. Quando essas condições são negligenciadas, os espaços podem se tornar locais de exclusão social, restringindo seu uso pleno pela população.

Serpa (2007) também ressalta que a ausência de políticas públicas voltadas para a inclusão de grupos vulneráveis perpetua desigualdades no uso dos espaços públicos, prejudicando seu papel como ambientes de convivência e interação. Diante disso, é evidente a necessidade de medidas que combinem segurança e inclusão para assegurar que os espaços públicos cumpram sua função de serem acessíveis e acolhedores para todos os cidadãos.

Além da segurança, é importante considerar que a apropriação do espaço público está diretamente ligada à percepção de conforto e pertencimento dos usuários. De acordo com Santos (2006), o espaço público deve ser entendido como uma rede de relações mediadas por objetos e significados, que podem ser positivos ou negativos dependendo de sua manutenção e gestão. Assim, investimentos não apenas em policiamento, mas também em infraestrutura de qualidade, iluminação adequada e promoção de eventos culturais podem transformar a praça em um ambiente mais convidativo e multifuncional. Essas ações podem fomentar a diversidade de usos e criar um ciclo virtuoso de ocupação positiva, reduzindo as situações de exclusão e reforçando o papel da praça como um espaço democrático e integrador.

A dinâmica dos usos da Praça Napoleão Moreira da Silva é amplamente diversificada, refletindo sua relevância como um dos principais espaços públicos de Maringá. Este local abriga uma variedade de atividades, desde caminhadas matinais e encontros sociais até eventos comunitários esporádicos, que reforçam seu papel como ponto de convivência urbana. O público que frequenta a praça é heterogêneo, composto por pessoas de diferentes faixas etárias e com interesses variados, incluindo trabalhadores que buscam um momento de descanso, jovens que utilizam o espaço como ponto de encontro e famílias que aproveitam o ambiente para momentos de lazer.

Durante os dias úteis, a praça é intensamente utilizada antes e após o expediente de trabalho, funcionando como um local de socialização e descanso. O fluxo de famílias com crianças é particularmente notável durante as tardes e no final do horário comercial, quando as mesas de xadrez, playgrounds e áreas sombreadas se tornam atrativos para atividades recreativas. Esses usos diversificados são facilitados pela configuração morfológicamente multifuncional da praça, que combina elementos de recreação, descanso e mobilidade urbana.

No entanto, há ausência de serviços básicos, como pontos de hidratação, alimentação e sanitários adequados, como observado durante as visitas de campo, impacta negativamente a experiência dos frequentadores. Essa carência limita a funcionalidade da praça e restringe seu uso prolongado, especialmente em horários de maior movimento, como o fim da tarde. A falta desses serviços básicos diminui o conforto dos usuários e afeta negativamente a percepção da praça como um espaço plenamente acolhedor e funcional.

Sob a perspectiva do conceito de paisagem, a Praça Napoleão Moreira da Silva pode ser interpretada como um reflexo das dinâmicas sociais e culturais que moldam o espaço urbano de Maringá. Segundo Milton Santos (2006), a paisagem é mais do que o cenário físico; ela é uma expressão simbólica e material das relações sociais, mediada por objetos, significados e práticas cotidianas.

A organização funcional da praça, com suas áreas arborizadas, bancos e espaços de convivência, compõem uma paisagem que busca atender às necessidades diversas da comunidade. No entanto, a ausência de infraestrutura básica evidencia as tensões e desigualdades que muitas vezes permeiam os espaços públicos urbanos.

A percepção da paisagem da praça também é influenciada pela qualidade de sua manutenção e pelos elementos que promovem ou limitam seu uso. Quando serviços essenciais estão ausentes ou insuficientes, a paisagem perde parte de seu valor como um espaço de convivência e integração social, contudo mesmo com suas alterações ao passar do tempo o valor simbólico nela presente ainda se mantém, visto que o simbolismo está atrelado ao cotidiano de cada pessoa e esse sentimento, por mais que a morfologia física da paisagem seja alterada, não é perdido, dependendo do nível de alteração podendo realçar sentimentos de nostalgia o apegando ao passado. Além disso, a presença de um ambiente arborizado e agradável é frequentemente destacada como um aspecto positivo pelos usuários, mas a ausência de suporte adequado para atividades prolongadas reforça a necessidade de intervenções mais abrangentes.

A paisagem da Praça Napoleão Moreira da Silva também carrega significados relacionados ao senso de pertencimento e à identidade local. Espaços bem cuidados e acessíveis são mais propensos a fomentar a ocupação contínua, enquanto a ausência de infraestrutura básica pode criar barreiras simbólicas e práticas para certos grupos da população. Como ressalta Serpa (2007), a ausência de políticas públicas que promovam inclusão e acessibilidade perpetua desigualdades no uso dos espaços públicos, prejudicando sua função essencial como ambientes de convivência democrática.

Vale ressaltar que, com a chegada do final do ano, foram implementadas mudanças nas praças, como mostrado na Figura 7, que resolveram esse problema. Conforme iniciava-se a noite, o público continuava a marcar presença no espaço. Essas práticas trouxeram uma nova dinâmica à paisagem da praça, mostrando como intervenções pontuais podem alterar significativamente a forma como o espaço é vivenciado.

Figura 7: Incentivo do uso prolongado da praça.



Fonte: Autor (Dezembro, 2024).

Contudo, após o último trabalho de campo realizado em janeiro, tudo foi retirado, até mesmo o banheiro químico, retomando novamente ao estado anterior, incluindo a sensação de insegurança e o uso reduzido após determinados horários. Isso reforça a necessidade de intervenções mais permanentes e integradas, que considerem o caráter dinâmico da paisagem e promovam sua funcionalidade de maneira sustentável.

As entrevistas com os frequentadores também trouxeram percepções divergentes sobre as políticas públicas implementadas. Embora muitos reconheçam os esforços da administração municipal em revitalizar e manter a praça como um espaço de lazer acessível e atrativo, há críticas relacionadas à falta de inclusão e à ausência de infraestrutura adequada para atender às necessidades de diferentes grupos.

Ou seja, para que a praça seja plenamente apropriada pela comunidade, é necessário implementar intervenções que ultrapassem as melhorias superficiais e abordam questões fundamentais, como segurança, acessibilidade e programação cultural. A revitalização do espaço público deve ser planejada para atender às demandas de um público diverso, promovendo a inclusão social e respeitando a identidade local expressa na paisagem. Por exemplo, elementos como rampas de acesso, áreas sombreadas, pontos de hidratação e sanitários adequados são essenciais para criar uma paisagem acolhedora que favoreça a apropriação coletiva.

Além disso, a paisagem da praça deve ser entendida como um espaço dinâmico que pode ser constantemente ressignificado por meio de eventos culturais, esportivos e educativos. Essas atividades não apenas aumentam a frequência de uso, mas também promovem o senso de pertencimento e reforçam a conexão dos cidadãos com o local. Políticas públicas que incentivem a diversidade de usos e garantam a acessibilidade podem transformar a praça em um espaço público onde todas as camadas da sociedade se sintam representadas e incluídas.

Portanto, a Praça Napoleão Moreira da Silva continua a ser um espaço central na vida dos maringaenses, mas sua total integração à comunidade depende de uma abordagem holística que leve em conta a paisagem como um componente central no planejamento urbano. Ao equilibrar estética, funcionalidade e inclusão, a revitalização da praça pode consolidá-la como um exemplo de espaço público que promove convivência, equidade e qualidade de vida.

4 ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: QUALIDADE, ACESSIBILIDADE E USO

Os espaços públicos são elementos essenciais no desenvolvimento urbano, pois promovem a interação social, o lazer e a qualidade de vida para os cidadãos, sendo construções sociais que revelam as relações de poder, os hábitos cotidianos e as identidades culturais. Em Maringá, uma cidade conhecida pelo *city marketing* voltado para o seu planejamento e intensa arborização, as praças e parques desempenham um papel fundamental na construção de uma imagem de uma comunidade mais inclusiva e conectada com seus habitantes.

No entanto, a efetividade desses espaços depende diretamente de fatores como planejamento, infraestrutura, acessibilidade e a forma como são utilizados pelos cidadãos. Dessa maneira, esse capítulo objetiva realizar uma análise comparativa dos principais espaços públicos de Maringá, utilizando a Praça Napoleão Moreira da Silva como um referencial. Visa-se identificar as qualidades e fraquezas desses espaços públicos para oferecer uma perspectiva de como eles se comparam entre si e quais áreas específicas necessitam de intervenções para se tornarem mais inclusivas e funcionais.

A escolha desta praça como modelo baseia-se em sua importância histórica e social, bem como em sua infraestrutura relativamente mais desenvolvida e em seu papel ativo como um ponto de convergência para os moradores locais. A análise será estruturada em torno de quatro critérios principais: paisagem urbana, acessibilidade, infraestrutura e uso, revelando a relevância de cada local como ponto de convivência e interação social.

O primeiro critério, a **paisagem urbana**, busca avaliar a qualidade, organização e ambiente oferecido por cada espaço público. Observações em campo e depoimentos de frequentadores permitem identificar como os espaços se apresentam em termos de planejamento urbano, cuidado estético e apelo visual.

Em Maringá, espaços como a Praça Raposo Tavares, o Parque do Ingá e a própria Praça Napoleão Moreira da Silva são exemplos relevantes, pois contrastam em suas propostas e nos desafios que enfrentam. Enquanto o Parque do Ingá é visto como um espaço verde consolidado e bem preservado, praças menores podem apresentar problemas relacionados à falta de manutenção e abandono em determinados períodos.

O segundo critério, **acessibilidade**, examina como cada espaço público facilita o acesso para diferentes grupos sociais, incluindo pessoas com mobilidade reduzida. A análise irá identificar barreiras físicas e estruturais que possam limitar a experiência de determinados usuários, além de destacar áreas onde a inclusão pode ser melhorada. No caso da Praça

Napoleão Moreira da Silva, as recentes reformas incluem rampas de acesso e pisos táteis, promovendo uma maior acessibilidade. Em contraste, algumas praças em regiões periféricas carecem completamente de adaptações, o que evidencia a desigualdade na distribuição de recursos.

O terceiro critério, **infraestrutura**, avalia a qualidade e a adequação das estruturas disponíveis nos espaços públicos às necessidades dos usuários. Elementos como bancos, iluminação, calçadas e espaços de lazer são analisados em termos de durabilidade, estética e funcionalidade. A Praça Napoleão Moreira da Silva se destaca pelo seu paisagismo e pela oferta de playgrounds e mesas de xadrez, mas ainda enfrenta críticas quanto à ausência de pontos de alimentação e de hidratação, o que limita a permanência prolongada no local. Em contrapartida, o Parque do Japão, por exemplo, oferece uma ampla gama de equipamentos de lazer, embora sua localização mais distante do centro dificulte o acesso de parte da população.

Por fim, o critério de **uso social** avalia a frequência de uso e a diversidade de atividades realizadas em cada espaço público. Essa análise foca em como a comunidade utiliza os espaços para atividades de lazer, encontros sociais, eventos comunitários e práticas esportivas. A Praça Napoleão Moreira da Silva, por sua localização central, atrai diferentes grupos ao longo do dia, desde trabalhadores que buscam um momento de descanso até famílias que aproveitam os finais de semana para atividades ao ar livre. Por outro lado, os eventos comunitários regulares, como feiras culturais e apresentações artísticas, são apontados como estratégias eficazes para ampliar a utilização dos espaços públicos e promover a inclusão social.

A proposta de análise comparativa não se restringe a observar aspectos físicos dos espaços públicos, mas busca entender como as dinâmicas sociais, as políticas públicas e as intervenções urbanas moldam a maneira como a população vivencia esses locais.

Carlos (2011) enfatiza que os espaços públicos vão além de sua materialidade, funcionando como construções sociais que refletem relações de poder, hábitos cotidianos e dinâmicas culturais. Dessa forma, qualquer processo de intervenção deveria considerar mais que os aspectos morfológicos centrados na melhoria estética, mas também as práticas e interações humanas que conferem significado a esses ambientes.

De maneira complementar, Serpa (2007) destaca a acessibilidade como um fator crucial para que os espaços públicos cumpram plenamente sua função social. A falta de infraestrutura adequada e de adaptações necessárias não apenas limita o uso desses locais por determinados grupos, mas também reforça desigualdades sociais preexistentes. Assim, o diagnóstico das necessidades específicas de cada praça ou parque, proposto neste estudo, é

fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão e justiça social no ambiente urbano.

Para que os espaços públicos sejam realmente acessíveis, sustentáveis e integradores, é essencial que as políticas públicas abordem tanto as dimensões físicas quanto sociais desses locais. Como apontado por Carlos (2004), fortalecer o vínculo da comunidade com esses espaços requer intervenções que incentivem o encontro, a interação cultural e o sentimento de pertencimento. Além disso, Serpa (2003) argumenta que a acessibilidade deve ser considerada um direito básico, assegurando que todos os cidadãos possam usufruir plenamente dos espaços públicos.

Nesse contexto, a revitalização dos espaços públicos deve adotar uma perspectiva ampla, unindo melhorias estruturais a iniciativas que garantam diversidade de uso e inclusão social. As reflexões de Carlos e Serpa reforçam a necessidade de tratar os espaços públicos como ambientes que não apenas atendam às demandas da população, mas também promovam o bem-estar coletivo e a construção de uma cidade mais equitativa e democrática.

4.1 PAISAGEM E MORFOLOGIA URBANA

A análise dos espaços públicos de uma cidade reflete não apenas a qualidade de vida da população, mas também as prioridades e decisões no planejamento urbano. Os espaços públicos desempenham um papel fundamental na construção de paisagens que integram funcionalidade, identidade e sociabilidade. Esses elementos, como destacado no primeiro capítulo, reforçam a ideia de que a paisagem urbana é tanto um reflexo das dinâmicas sociais quanto um agente ativo na interação entre o espaço e os seus usuários.

De acordo com Santos (2006), a paisagem é a concretização de um instante da sociedade, uma expressão material que reflete as relações sociais e econômicas que se desenrolam no espaço. Tendo como referencial de nossa análise, a Praça Napoleão Moreira da Silva exemplifica o que outros espaços públicos erraram e acertaram, a praça reforça a interação social e o senso de pertencimento, enquanto se adapta às demandas culturais e funcionais da comunidade. Esse uso planejado da paisagem ressalta a importância de valorizar tanto os aspectos estéticos quanto os funcionais dos espaços públicos, evidenciando a importância de um planejamento urbano inclusivo e eficaz.

Em comparação, a Praça da Catedral, apesar de não ser um dos principais focos de nossa pesquisa, vale ser comentada por ser o principal ponto turístico de Maringá, que está passando por reformas atualmente, enfrentando um cenário um pouco diferente. Steffany Licca (informação verbal, entrevista) “[...] utilizava para passear e piquenique a região da

Catedral e soube que talvez tenham tirado a grama da catedral, se for verdade é uma das piores decisões que poderiam ser tomadas”.

Embora esteja localizada em uma área central e seja um ponto de referência na cidade, essa praça sofre com a redução das áreas verdes, o que impacta negativamente a experiência dos frequentadores, especialmente daqueles que buscam momentos de descanso. Essa mudança ilustra o que Carlos (2011) descreve como a planificação do espaço, onde decisões voltadas para a funcionalidade mercantil podem apagar elementos culturais e históricos que humanizam os espaços públicos, implantando morfologias homogeneizadoras de seus usos e práticas.

A Praça Raposo Tavares (Figura 8), pode ser dividida em 2 (dois) momentos, o primeiro ela era frequentemente vista de maneira menos positiva em comparação à Praça Napoleão Moreira da Silva. Refletindo as tensões entre paisagem e planejamento urbano. Em um primeiro momento, sua infraestrutura básica e a percepção de abandono faziam do espaço um ponto de passagem.

Figura 8: Praça Raposo Tavares.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025)

A falta de infraestrutura adequada e a presença de usuários e traficantes de drogas contribuem para a percepção de abandono e insegurança, tornando o local menos atrativo para

os moradores. Contudo, atualmente observa-se uma transformação na paisagem, que começa a refletir maior cuidado e segurança, incentivando o uso social do espaço. Esse espaço público passou a receber investimento consideráveis seja em si próprio ou em seu entorno, passando por uma revitalização, que ainda está em desenvolvimento, o que por si só já diminui consideravelmente a sensação de insegurança.

O Bosque 2, Parque dos Pioneiros (Figura 9), é um espaço com grande potencial devido à sua arborização e boas áreas sombreadas, ideais para práticas de atividades físicas. No entanto, problemas de infraestrutura, como buracos nas pistas de caminhada, em algumas partes, comprometem a experiência dos usuários e limitam o uso do espaço para exercícios regulares. Essas falhas reforçam a necessidade de um planejamento de manutenção contínuo para garantir a usabilidade e segurança do bosque, comprometem sua funcionalidade e desvalorizam sua paisagem enquanto elemento de integração social.

Figura 9: Parque dos Pioneiros.



Fonte: Turismo Maringá.

O Parque do Ingá (Figura 10) é um espaço planejado com atenção à estética, funcionalidade e conservação ambiental, sendo amplamente elogiado por sua vegetação composta por espécies da Mata Atlântica e pela organização de suas trilhas, que garantem acessibilidade e segurança aos frequentadores. Com um lago e equipamentos de lazer que enriquecem o apelo visual e ampliam as opções de atividades recreativas, o parque se destaca

como símbolo da cidade e um exemplo de paisagem planejada para harmonizar funcionalidade e conservação ambiental. Contudo, desafios como a gestão da manutenção e o equilíbrio entre uso recreativo e preservação ambiental demonstram que a transformação das paisagens urbanas é um processo contínuo.

Figura 10: Parque do Ingá.



Fonte: Autor (Setembro, 2024)

A Praça Manoel Ribas (Figura 11) combina simplicidade e funcionalidade, oferecendo vegetação, bancos e áreas abertas que servem como refúgio para os moradores das redondezas, além de quadras de areia para práticas de esporte e parquinho para crianças brincarem, embora careça de maior integração com a dinâmica urbana de Maringá. No entanto, ações de revitalização e a promoção de atividades culturais ou recreativas, podem transformar a praça em um espaço mais atrativo e funcional, ampliando sua contribuição para o bem-estar e a interação social na cidade.

Figura 11: Praça Manoel Ribas.



Fonte: Angelo Rigon (Agosto, 2020).

A Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho (Figura 12), já sendo uma praça em região mais periférica, é uma síntese dos elementos descritos previamente. Ela funciona como um contraponto da Praça Manoel Ribas, enquanto a Manoel apresenta uma boa infraestrutura, a Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho é o contrário. Ela não possui infraestruturas que incentivem a população a utilizá-la, de modo a possuir uma baixa acessibilidade. Essa disparidade reflete o que Serpa (2007) descreve como a intensificação das desigualdades sociais e espaciais na paisagem urbana, onde áreas centrais recebem maior atenção e recursos, enquanto espaços periféricos são frequentemente relegados ao abandono.

Figura 12: Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho.



Fonte: Google Earth (Fevereiro, 2024).

Espaços públicos mais afastados do centro enfrentam desafios ainda maiores, visto que praças em regiões periféricas frequentemente recebem menos investimentos em comparação às áreas centrais. Mesmo espaços mais precarizados no centro ainda apresentam uma condição superior às praças de bairros distantes, que sofrem com problemas como academias ao ar livre (ATIs) quebradas, falta de poda adequada, acúmulo de lixo e áreas cobertas por mato. Essas limitações afetam diretamente o uso comunitário e reforçam as desigualdades na distribuição de recursos urbanos.

Portanto, a análise do caráter geral dos espaços públicos em Maringá evidencia um cenário multifacetado, com exemplos positivos de planejamento e conservação, mas também com desafios significativos relacionados à manutenção, segurança e inclusão. A revitalização e a gestão eficiente desses locais devem considerar não apenas melhorias estruturais, mas também estratégias que promovam a integração e o pertencimento da população, reforçando o papel das praças e parques como pontos de encontro e convivência comunitária.

Como ressaltado por Carlos (2011), a humanização das paisagens urbanas é essencial para fortalecer os laços sociais e promover um senso de pertencimento, transformando os espaços públicos em ambientes verdadeiramente democráticos e acolhedores.

4.2 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade nos espaços públicos é um aspecto fundamental para garantir a inclusão social e a qualidade de vida urbana. Em Maringá, uma cidade com um significativo

city marketing centrado na sua organização e investimentos em infraestrutura, a avaliação desse critério revela como diferentes grupos sociais, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, podem usufruir dos espaços disponíveis.

Tendo como referencial a Praça Napoleão Moreira da Silva, que passou recentemente por reformas para incluir rampas de acesso e pisos táteis, é possível identificar tanto avanços quanto limitações na acessibilidade dos espaços públicos da cidade. Assim, a análise da acessibilidade expõe desigualdades e destaca a necessidade de um planejamento urbano mais equitativo e sensível às demandas de toda a população.

A Praça Raposo Tavares (Figuras 13 e 14) apresenta uma situação um pouco diferente. Embora seja frequentemente criticada por questões de segurança e uso inadequado, sua estrutura física em termos de acessibilidade é considerada satisfatória. O espaço conta com calçadas amplas, bem sinalizadas e faixas de pedestres próximas que facilitam o acesso.

Entretanto, o alto fluxo de carros e ônibus em seu entorno, devido à proximidade com o terminal de transporte público, é visto como um empecilho que torna o ambiente menos acolhedor e seguro para pedestres. A falta de um planejamento de segurança viária no entorno limita a sensação de bem-estar dos usuários, especialmente durante os horários de pico.

Figura 13: Acessibilidade na Praça Raposo Tavares.



Fonte: Google Earth (Fevereiro, 2024).

Figura 14: Acessibilidade na Praça Raposo Tavares.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

O Bosque 2 é um exemplo de espaço com grande potencial, mas que enfrenta problemas de acessibilidade devido à falta de manutenção contínua. O entrevistado Lucas Thomaz ressaltou que as trilhas de caminhada, que poderiam ser uma opção de lazer e prática esportiva, possuem buracos e desníveis que comprometem a experiência dos usuários e inviabilizam seu uso por idosos e pessoas com deficiência (Figura 15).

Figura 15: Acessibilidade no Parque dos Pioneiros.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Além disso, a ausência de rampas em pontos-chave e a falta de iluminação adequada tornam o ambiente menos seguro durante o início da noite. Essas falhas destacam a importância de um plano de revitalização que contemple não apenas a estética, mas também a funcionalidade e a segurança do espaço.

A acessibilidade no Parque do Ingá demonstra esforços para torná-lo um espaço inclusivo, mas ainda apresenta desafios que limitam a experiência de alguns grupos sociais. Primeiramente, devemos pensar no parque em sua visita interna e externa focado em caminhadas/corridas. Na questão interna, algumas trilhas possuem terreno irregular e rústico, dificultam o acesso para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiências visuais. Faltam também elementos como corrimãos em determinados trechos e uma maior extensão de pisos táteis.

A sinalização, embora presente, ainda pode ser melhorada para atender visitantes com necessidades específicas. Já na parte externa, pode-se notar que conforme vai se afastando da entrada central do parque, o nível de qualidade das pistas emborrachadas externas apresentam mais variações de sua qualidade até o ponto em que simplesmente acaba, prejudicando a experiência daqueles que a utilizam para caminhar ou correr. Apesar dessas limitações, o Parque do Ingá demonstra um compromisso em ampliar sua acessibilidade, e investimentos em infraestrutura inclusiva poderiam reforçar seu papel como um espaço acolhedor e aberto a todos os públicos.

Já na dualidade das praças Manoel Ribas e Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho (Figura 16), novamente podemos observar o contraste entre as duas. Enquanto na Manoel Ribas (Figura 17) é possível perceber uma distância menor das calçadas da praça para as quadras, o que facilita o acesso, apesar de o fluxo de veículos, dependendo do momento, prejudicar a acessibilidade. Trata-se de uma praça central de fácil acesso, onde tudo está conectado, permitindo que o usuário acesse todos os equipamentos e quadras sem precisar contornar o espaço.

Figura 16: Acessibilidade na Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho.



Fonte: Google Earth (Fevereiro, 2024).

Figura 17: Acessibilidade na Praça Manoel Ribas.



Fonte: Google Earth (Fevereiro, 2024).

Por outro lado, a Praça Reinaldo Guanaes apresenta o mesmo problema de fluxo de veículos, tornando a sua acessibilidade mais difícil. No entanto, em seu interior, uma ciclovia e uma via de pedestre ligam uma ponta à outra da praça, o que cria uma dinâmica diferente. Apesar da maior dificuldade de acesso, essa configuração faz com que a praça pareça ser vista, como explica Milton Santos, apenas como um espaço alienado, com a função principal de atravessá-la, contrastando com as outras praças discutidas no trabalho.

Nesse contexto, a análise dos espaços públicos de Maringá revela um cenário multifacetado, com exemplos positivos de planejamento e acessibilidade, mas também desafios significativos relacionados à manutenção, segurança e inclusão. Garantir que cada

praça e parque da cidade seja acessível e funcional para todos é um passo essencial para consolidar uma cidade mais justa, integrada e inclusiva.

4.3 INFRAESTRUTURA

A avaliação da infraestrutura de espaços públicos oferece uma perspectiva valiosa sobre o impacto do planejamento urbano na qualidade de vida dos moradores. Em Maringá, cidade com um *city marketing* pautado na sua pretensa preocupação ambiental, “cidade verde”, a análise de locais como a Praça Napoleão Moreira da Silva serve como um exemplo significativo para identificar acertos e lacunas no desenvolvimento de áreas destinadas ao lazer e à convivência social.

Embora o espaço público seja amplamente elogiado por sua estrutura acolhedora e diversificada, incluindo áreas arborizadas, *playgrounds* e espaços para atividades físicas, a ausência de bebedouros e sanitários adequados destaca a necessidade de melhorias. Esse caso evidencia como uma infraestrutura planejada pode servir de modelo, ao mesmo tempo que aponta os ajustes necessários para tornar os espaços públicos mais funcionais e inclusivos, atendendo às expectativas de uma população diversa.

A Praça Raposo Tavares aparenta estar seguindo os passos da Praça Napoleão no quesito revitalização, chegando a ter infraestrutura que nem mesmo tal praça tem. Em primeiro momento a praça apresentava uma infraestrutura básica funcional, com espaços para descanso e áreas próximas que oferecem serviços de alimentação (Figura 18). Apesar de não possuir sanitários e bebedouros próprios, os estabelecimentos privados ao redor suprem parcialmente essa demanda que deveria ser atendida pelos serviços públicos.

Figura 18: Pontos de alimentação e compra na Raposo Tavares.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Entretanto, o aspecto visual da praça é um ponto de crítica constante. O descaso com a limpeza, a falta de manutenção e a ausência de uma revitalização eficaz deixam o local com uma aparência abandonada. Apesar do *city marketing*, esses problemas afastam os frequentadores e fazem com que a praça sirva principalmente como ponto de passagem para o terminal de transporte público ou a Avenida Brasil. Como enfatiza Serpa (2007), a acessibilidade não se limita à mobilidade física, mas envolve a criação de condições que permitam a interação social e o uso pleno do espaço por todos.

A recente inauguração de um shopping (Figura 19) nas proximidades da praça pode, como mencionado, oferecer oportunidades para investimentos na área, mas também levanta questões sobre a potencial privatização ou comercialização dos espaços públicos. Goheen (1998) argumenta que a introdução de interesses privados nos espaços públicos pode alterar suas dinâmicas sociais, privilegiando grupos específicos e excluindo outros. Assim, é fundamental que qualquer processo de revitalização seja guiado por princípios que priorizem a acessibilidade e a inclusão, garantindo que a praça continue a ser um espaço democrático e acessível.

Figura 19: Shopping próximo a Raposo Tavares.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Cabe ressaltar que a Praça Raposo Tavares passou por um processo de revitalização em toda sua infraestrutura básica. Isso incentivou a população a ficar no local, com novos bancos dispostos por ela (figura 20). Houve também a implementação de um teatro público que viabiliza eventos públicos e culturais nela, como visto na figura 21. Além disso, houve a instalação de uma câmera de segurança 360 graus, demonstrada na figura 20. A prefeitura começou a realizar shows gratuitos no estacionamento à frente da praça, trazendo ainda mais vida para a praça, tudo isso somado às qualidades anteriores, temos uma praça com potencial de usabilidade elevado.

Figura 20: Câmera de segurança e a infraestrutura da praça.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Figura 21: Teatro público.

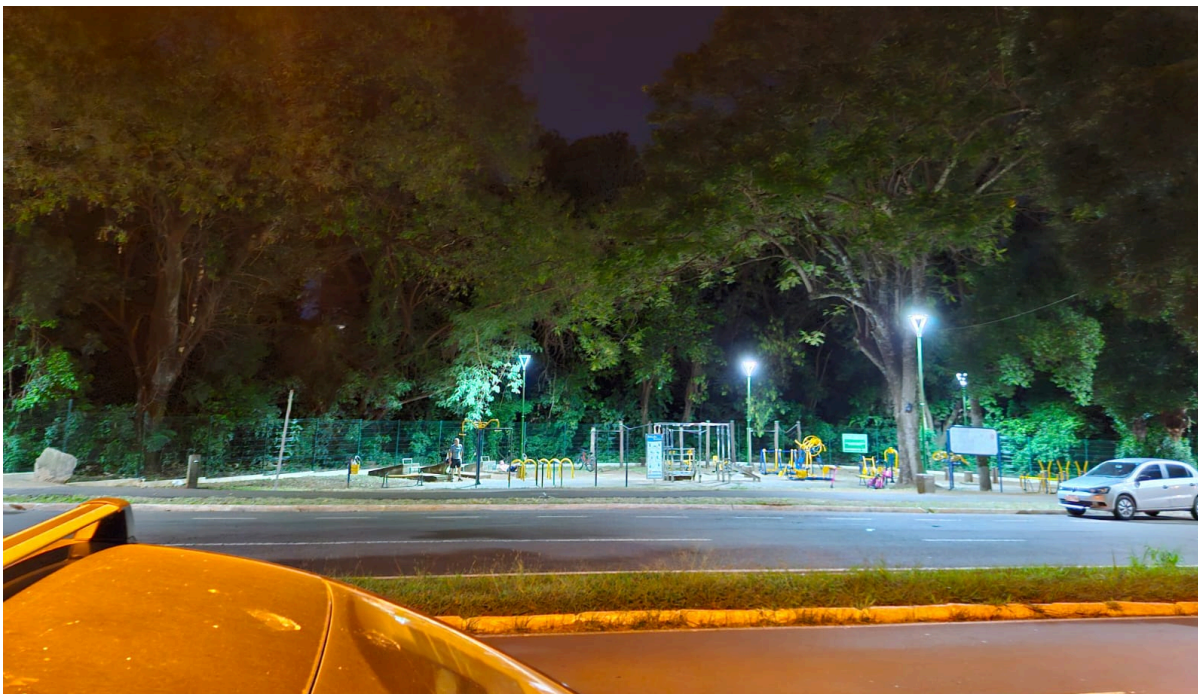


Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

O Parque dos Pioneiros, mais conhecido como Bosque 2, é valorizado por sua vegetação densa e pela sombra proporcionada pelas árvores, criando um ambiente propício para atividades ao ar livre. Em sua maioria, o parque apresenta infraestruturas em boas

condições, apesar de não serem muitas, sendo em sua maioria as duas ATI (Academia da Terceira Idade) e a pista de caminhada e a de bicicleta (Figura 22).

Figura 22: Infraestrutura do Parque dos Pioneiros.

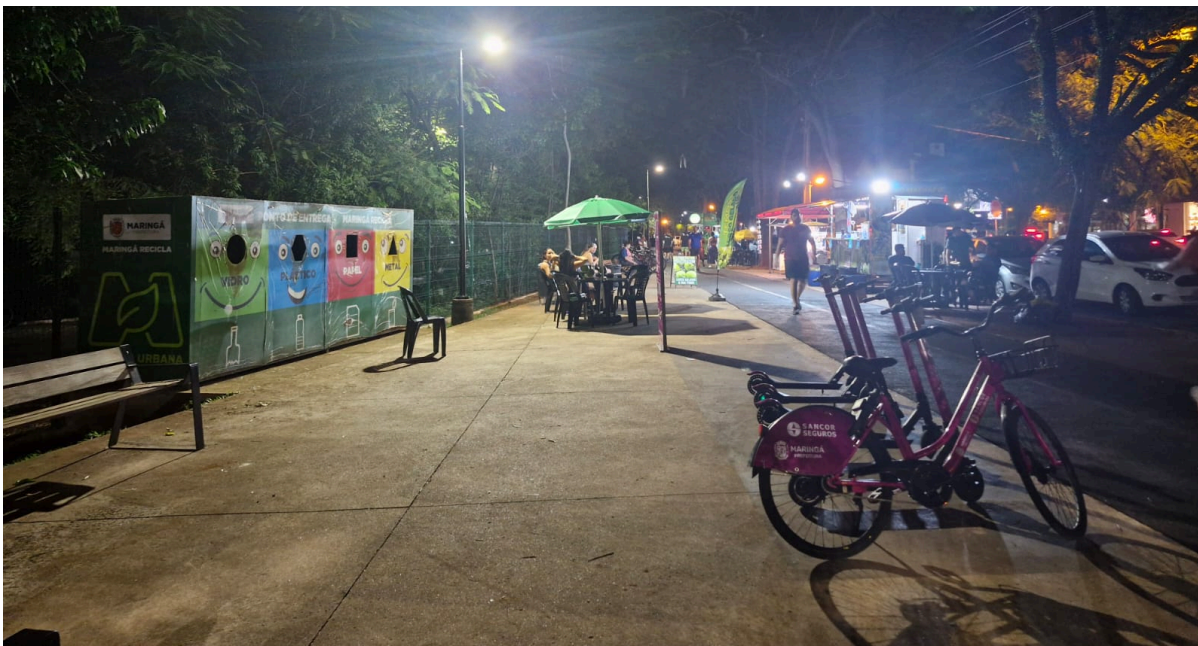


Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Entretanto, alguns trechos da pista apresentam problemas de infraestrutura que comprometem a experiência dos usuários e após determinado horário há falta de carrinhos de bebidas e alimentação, ao contrário do que vemos no Parque do Ingá, por exemplo. Lucas Thomaz (informação verbal, entrevista) apontou que *“para atender melhor a população seria necessário tapar os buracos encontrados na pista de caminhada, aumentar a academia ao ar livre colocando mais equipamentos para ter mais opções de treino”*.

O Parque do Ingá, um dos espaços mais icônicos de Maringá, suporta um alto nível de atividades recreativas e esportivas devido à sua importância histórica e turística. Tanto na parte interna quanto externamente do parque, há atividades para serem realizadas, indo desde o pedalinho até as caminhadas. Uma de suas maiores qualidades é o fato de que mesmo após horário comercial, há quiosques disponíveis para consumo durante a noite, como observado na figura 23.

Figura 23: Pontos de alimentação e hidratação.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

No entanto, também enfrenta desafios em sua infraestrutura. Maria Heloisa Istake Cantagalli relatou problemas com a pista de corrida, que apresenta irregularidades e bolhas em sua superfície (figura 24), criando riscos de lesões para os praticantes de atividades físicas. Além disso, a ausência de pontos de hidratação, quiosques para consumo nas demais partes do parque, e não só próximo a entrada principal, áreas de descanso adequadas e sanitários acessíveis são questões que limitam a funcionalidade do parque como um espaço de lazer completo e seguro para todos. Giovana Santos (informação verbal, entrevista) “*Tem poucos bebedouros públicos (acho q só vi um até hoje, caso tenha mais seria bom colocar uma plaquinha avisando).*”

Figura 24: Pista de caminhada, lado externo do parque



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Figura 25: Área para lazer e descanso ao lado do parque.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

A Praça Manoel Ribas (figuras 26 e 27) apresenta uma das melhores infraestruturas dos espaços públicos de Maringá, ainda mais considerando seu tamanho reduzido se comparada às principais praças. Nela, encontramos 2 (duas) quadras de areia destinadas à prática de esportes, além da presença de um parquinho para crianças brincarem com bancos espalhados por toda praça, como mostra as figuras 28 e 29. Infelizmente, na praça em si não

há presenças de banheiros e bebedouros, ficando dependente dos estabelecimentos nas quadras vizinhas.

Figura 26: Área para lazer e descanso.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Figura 27: Área para lazer e descanso.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Em contrapartida, a Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho não apresenta nenhum tipo de infraestrutura, como podemos observar na figura 30, para manter a população e usar o espaço público, apenas há a presença de vegetação rasteira, postes e algumas lixeiras. Wendel da Silva comenta (informação verbal, entrevista) *“Quando morava ali gostava de fazer piqueniques, por conta da grama, mas nunca ficava bastante, diferente da praça da catedral que era cheio de árvore, aqui não tem e não é bom ficar debaixo do sol, pelo menos tem onde jogar o lixo fora”*. Moisés da Silva complementa (informação verbal, entrevista) *“lembro que quando era criança gostava de jogar bola lá, mas só isso não tem nada fazer, pelo menos tem a ciclovia pra voltar pra casa sem ter que ficar dando volta no balão”*.

Figura 30: Infraestrutura geral da praça.



Fonte: Autor (Janeiro, 2025).

Para que esses espaços públicos possam realmente atender às expectativas da comunidade, é essencial que as políticas públicas se concentrem em melhorias contínuas na infraestrutura. Isso inclui investimentos em limpeza, manutenção regular e a criação de ambientes que sejam não apenas esteticamente agradáveis, mas também funcionais, acessíveis e seguros para todos os tipos de usuários.

Assim, a infraestrutura dos espaços públicos desempenha um papel central na definição de sua funcionalidade e atratividade. Ela é um reflexo das dinâmicas sociais e do planejamento urbano, e deve atender às necessidades específicas dos usuários ao mesmo

tempo que fomenta a inclusão e a acessibilidade, indo além de aspectos básicos para se consolidar como um elemento fundamental na promoção de encontros, trocas culturais e práticas que favorecem o bem-estar da comunidade.

Santos (2006) ressalta que os espaços vividos são aqueles que refletem as experiências cotidianas dos indivíduos, sendo moldados pelas interações sociais que neles ocorrem. Nesse sentido, a infraestrutura de um espaço público deve ser projetada para facilitar essas interações, proporcionando ambientes que sejam convidativos e que atendam às demandas diversas de lazer, socialização e mobilidade. Essa abordagem converge à necessidade de investimentos em limpeza, manutenção contínua e criação de espaços esteticamente agradáveis, mas também seguros e acessíveis para todos.

Além disso, Serpa (2007) enfatiza que a acessibilidade é um elemento central para garantir que os espaços públicos sejam verdadeiramente democráticos. Infraestruturas adaptadas, como rampas de acesso, pisos táteis e banheiros acessíveis, são essenciais para permitir que todos os grupos sociais, incluindo pessoas com deficiência, possam usufruir plenamente desses ambientes. Esses investimentos não apenas ampliam o alcance dos espaços públicos, mas também reforçam seu papel como locais de integração social e pertencimento comunitário.

A implementação de programas culturais e esportivos regulares também é destacada como uma estratégia eficaz para potencializar os usos dos espaços públicos. Carlos (2011) argumenta que a revitalização de espaços urbanos deve ir além da estética e incluir iniciativas que incentivem o uso contínuo desses locais pela comunidade. Eventos culturais, oficinas educativas e atividades esportivas são exemplos de ações que podem dinamizar os espaços, promovendo não apenas a ocupação física, mas também o engajamento emocional e social dos frequentadores.

A morfologia, portanto, não deve ser entendida apenas como suporte material, mas como um agente ativo na promoção do uso social dos espaços públicos. Ela deve atender tanto às necessidades funcionais quanto às expectativas emocionais e culturais dos usuários. Os usos de um espaço público estão diretamente relacionados à qualidade de sua infraestrutura e à capacidade do planejamento urbano de integrar inclusão, diversidade e acessibilidade.

4.4 USO SOCIAL

A relação entre o uso social dos espaços públicos de Maringá e a percepção da paisagem evidencia como a organização física e simbólica desses locais impacta diretamente

as dinâmicas sociais e culturais da cidade. A paisagem, conforme Santos (2006), não é apenas uma representação material, mas a concretização de um instante da sociedade, moldada pelas relações sociais que se imprimem no espaço. Em Maringá, as praças e parques analisados demonstram como as transformações urbanas e a espacialização funcional podem tanto estimular quanto limitar a interação e o pertencimento comunitário.

A Praça Napoleão Moreira da Silva exemplifica um espaço onde a paisagem reflete a interação entre planejamento urbano e uso social. Com uma infraestrutura que inclui áreas arborizadas, bancos, trilhas para caminhadas, mesas de xadrez e *playgrounds* infantis, a praça se destaca por atender a uma diversidade de públicos e promover o lazer e a interação social. Esse exemplo revela como o uso social dos espaços públicos está diretamente ligado à qualidade do planejamento urbano, destacando a importância de projetar e adaptar locais que atendam de forma ampla às necessidades da comunidade, promovendo interação, bem-estar e acessibilidade para diferentes grupos sociais.

Por outro lado, a Praça Raposo Tavares, antes de sua revitalização, apresentava uma paisagem alienada, marcada pelo abandono, insegurança e usos associados à marginalidade. Esse ambiente, como discute Serpa (2007), reflete a dinâmica de espaços padronizados e negligenciados, que, em vez de atender às necessidades da comunidade, perpetuam desigualdades e exclusões. Matheus de Paula (informação verbal, entrevista) *“Por utilizar o terminal todo dia, eu passo direto pelo local, a praça não apresenta manutenção correta”*. Paulo Montanholi (informação verbal, entrevista) *“a praça da rodoviária extremamente degradada, necessário urgentemente uma revitalização, e enquanto isso não acontece uma medida drástica pra tentar conter essa concentração de drogas [...]”*.

No entanto, sua localização estratégica próxima ao terminal de transporte público e a inauguração de um shopping nas proximidades podem oferecer oportunidades para uma revitalização que resgate seu papel como espaço de convivência urbana. Embora as intervenções realizadas tenham melhorado aspectos como segurança e infraestrutura, a possibilidade de usos cada vez mais voltados à valorização econômica, em detrimento da comunalidade, pode emergir como uma consequência indireta.

Santos (2006) nos lembra que a paisagem não é neutra, mas um reflexo das relações sociais e de poder. Quando um espaço público é moldado para atender às lógicas de mercado, ele se distancia de seu papel de ambiente democrático e acessível, onde todas as camadas da população podem interagir e se sentir pertencentes. O uso do espaço passa a ser delimitado por aqueles que têm poder aquisitivo para consumir, excluindo grupos sociais vulneráveis que antes utilizavam o local como parte de seu cotidiano. Maria Laravia (informação verbal,

entrevista) “[...] como é o caso do *Mercadão Frattelo*, estabelecimento localizado ao lado do terminal, que ao invés de poder servir a população que passa ali diariamente, oferece serviços de alto preço para pessoas com uma condição financeira melhor”.

No processo de revitalização os usos da Praça Raposo Tavares sofreram algumas alterações. Durante a noite/madrugada as atividades relacionadas a drogas baixaram drasticamente, por conta da instalação da câmera de vigilância, e com manutenção de suas estruturas, as pessoas voltaram a utilizar o espaço como descanso no cotidiano. A reativação de manifestações culturais no teatro público reforça o papel da praça como um ponto de convergência e interação social.

O Parque dos Pioneiros, é um espaço verde com grande potencial, bastante utilizado para atividades físicas, como caminhadas, corridas e exercícios ao ar livre. Esses usos se mantêm por todos os horários do dia, com exceção das madrugadas que não há presença de pessoas. Tratam-se de atividades ao ar livre, apenas uma ou outra usando como travessia.

No entanto, a falta de banheiros, bebedouros e iluminação adequada foi apontada como um obstáculo significativo, especialmente para aqueles que permanecem por períodos mais longos. Conforme discutido por Carlos (2011), a falta de atenção ao contexto social, cotidiano e cultural na organização dos espaços urbanos resulta em paisagens que, embora tenham potencial estético, não promovem a convivência plena e o bem-estar coletivo. Essas questões reforçam a necessidade de um planejamento que contemple melhorias estruturais e medidas de segurança para proporcionar uma experiência mais confortável e segura aos frequentadores.

A Praça Manoel Ribas, também apresenta o mesmo uso durante todos os horários do dia, com exceção novamente da madrugada, em que o local é utilizado para encontro de amigos ou a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade que utilizam o espaço para dormir. Durante o dia, a praça é utilizada para prática de atividades físicas, principalmente esportes e lazer com as famílias também nos brinquedos presentes.

Já a Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho, indo ao contrário do esperado, apresenta esparsos usos concentrados mais em momentos fora dos horários comerciais e em dias de recesso/feriados. A maior parte das interações ocorrem nos piqueniques e na forma de algumas atividades ao ar livre. Essa diferença evidencia como a configuração e o planejamento da paisagem podem moldar as dinâmicas de uso e a percepção dos frequentadores.

Para maximizar o uso social desses espaços, é essencial que as políticas públicas não se limitem às melhorias estruturais, mas também promovam a organização de eventos e

atividades que incentivem a comunidade a ocupar esses locais de forma mais frequente e diversificada. A oferta de iluminação adequada, segurança reforçada e sanitários em boas condições são fatores indispensáveis para a criação de ambientes seguros e acolhedores. Além disso, parcerias com instituições culturais, educativas e empresariais podem potencializar o uso desses espaços, promovendo o pertencimento e a inclusão social.

Dessa forma, é essencial considerar o uso social em conjunto com a percepção da paisagem para transformar os espaços públicos em locais que atendam às necessidades da comunidade de forma integrada. A manutenção e reforma desses ambientes deve ir além de simples mudanças estéticas, abrangendo a promoção de acessibilidade, segurança e eventos que incentivem a interação social cotidiana e o sentimento de pertencimento.

4.5 ESPAÇOS PLANIFICADOS E DINÂMICAS DE HOMOGENEIZAÇÃO

A Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho exemplifica os efeitos da planificação homogênea mencionada por Serpa (2007) e Carlos (2011), caracterizando-se como um espaço com infraestrutura limitada e baixa identidade local. A falta de elementos que promovam interações sociais e a organização funcional, que reduz o local a um ponto de passagem, reforçam a ideia de um espaço alienado e pouco apropriado pela comunidade.

Esse caso reflete o conceito de "planificação do espaço", em que paisagens e lugares tornam-se padronizados e desumanizados, atendendo apenas à funcionalidade básica e negligenciando a criação de um ambiente vivo e significativo para seus frequentadores.

Por outro lado, espaços como a Praça Napoleão Moreira da Silva demonstram como uma combinação de elementos pode promover uma convivência mais rica. A integração de áreas de lazer, elementos culturais, como mesas de xadrez, e um ambiente arborizado torna a praça um local atrativo e multifuncional, alinhando-se à perspectiva de Santos (2006) sobre espaços vividos, que refletem experiências cotidianas e significados atribuídos pelos usuários.

A acessibilidade é outro ponto central nas discussões sobre espaços públicos em Maringá. Enquanto a Praça Napoleão Moreira da Silva se destaca por melhorias recentes, como rampas e pisos táteis, que promovem a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida, em contraponto, a Praça Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho apresenta barreiras significativas.

A ausência de acessos adequados e equipamentos que incentivem a permanência reforça a desigualdade entre as áreas centrais e periféricas da cidade, como apontado por Serpa (2007) e Castillo (2016). Essa disparidade reflete a necessidade de políticas públicas

que priorizem a justiça espacial e a democratização do uso dos espaços urbanos ante a mera formalidade do *city marketing* prevalente em Maringá.

No caso do Parque do Ingá, observa-se um esforço maior para equilibrar a inclusão e a preservação ambiental, algo que talvez ocorra por ele ser considerado como um dos “cartões postais” da cidade. Embora algumas trilhas e pistas apresentem irregularidades que comprometem a experiência de certos grupos, o parque demonstra potencial para se tornar um modelo de acessibilidade, ainda que seja necessário considerar a ausência de um planejamento plenamente inclusivo deste local.

O uso social dos espaços públicos é fortemente influenciado pela sensação de segurança e pela organização das atividades promovidas nesses locais. A Praça Napoleão Moreira da Silva se destaca como um ponto de encontro central em Maringá, atraindo diferentes grupos sociais ao longo do dia. Contudo, a percepção de insegurança durante o período noturno limita seu uso pleno, corroborando as observações de Goheen (1998) sobre como o acesso aos espaços públicos é condicionado pelas dinâmicas de segurança e regulação.

Já o Bosque 2, Parque dos Pioneiros, é um exemplo de espaço que combina uso recreativo com desafios de manutenção. A frequência de caminhadas e atividades esportivas reflete seu papel como espaço de integração social, mas problemas como iluminação inadequada e infraestrutura deficiente impactam negativamente a experiência dos usuários.

A análise comparativa das praças centrais e periféricas evidencia as desigualdades no planejamento urbano de Maringá. Enquanto espaços como a Praça Napoleão Moreira da Silva e o Parque do Ingá recebem investimentos regulares e são amplamente utilizados pela população, praças como a Reinaldo Guanaes Bittencourt Filho permanecem subutilizadas devido à falta de infraestrutura e manutenção. Essa realidade reforça as reflexões de Lefebvre (1968) sobre o "direito à cidade", destacando a importância de políticas que promovam o acesso igualitário e a inclusão social em todas as regiões urbanas.

Os resultados desta análise indicam que o planejamento e a gestão dos espaços públicos de Maringá apresentam avanços significativos, mas também desafios substanciais. Espaços bem planejados, como a Praça Napoleão Moreira da Silva e o Parque do Ingá, destacam-se por seu papel inclusivo e multifuncional, enquanto áreas periféricas continuam a enfrentar problemas relacionados à falta de investimentos e à homogeneização do planejamento.

Para que os espaços públicos cumpram plenamente seu papel de promover a convivência democrática e o bem-estar coletivo, é essencial adotar um planejamento urbano

participativo e equitativo, que valorize a diversidade e fortaleça os laços sociais em toda a cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar os espaços públicos de Maringá, com especial atenção à Praça Napoleão Moreira da Silva, como um exemplo de como infraestrutura, acessibilidade e uso social podem impactar a experiência dos frequentadores e contribuir para a construção de uma cidade mais inclusiva. A pesquisa trouxe reflexões importantes que destacam tanto os aspectos positivos quanto às limitações desses locais, reafirmando a necessidade de intervenções equilibradas e planejadas.

Os resultados desta análise indicam que o planejamento e a gestão dos espaços públicos de Maringá apresentam avanços significativos, mas também desafios substanciais. Espaços bem planejados, como a Praça Napoleão Moreira da Silva e o Parque do Ingá, destacam-se por seu papel inclusivo e multifuncional, enquanto áreas periféricas continuam a enfrentar problemas relacionados à falta de investimentos e à homogeneização do planejamento.

Por mais que a maioria dos espaços públicos analisados, ainda mais os encontrados mais na região central da cidade, ainda enfrentam problemas que devem ser superados, como a falta de incentivo para o uso prolongado do espaço, especialmente depois de determinados horários, uso esse que é possível como pode se observar durante o final do ano de 2024.

Pode-se entender que as desigualdades socioeconômicas de Maringá se contrapõem ao *city marketing* e se refletem na configuração e no uso cotidiano dos espaços públicos. A negligência em áreas periféricas, caracterizada por falta de manutenção e investimento, contrasta com o cuidado direcionado às regiões centrais, evidenciando a necessidade da distribuição mais equitativa de recursos.

Maringá poderia ir além do *city marketing* e transformar seus espaços públicos em verdadeiros pontos de convivência e interação, fortalecendo os laços sociais e promovendo a qualidade de vida de seus cidadãos. O planejamento eficiente e a gestão efetivamente participativa são fundamentais para garantir que cada praça e parque desempenhe plenamente seu papel como espaço público democrático e acessível para todos.

A transformação desses locais deve ir além da morfologia. É essencial que eles sejam planejados para estimular a interação social, o lazer e o senso de pertencimento comunitário. Políticas públicas que promovam eventos culturais, atividades esportivas e oficinas educativas podem transformar esses espaços em ambientes dinâmicos e acolhedores. Assim, os espaços públicos de Maringá são ao mesmo tempo símbolos dos avanços e desafios do planejamento urbano da cidade. Este estudo destacou a importância de um planejamento que valorize a

diversidade e a funcionalidade desses espaços, reconhecendo sua relevância para a qualidade de vida e o fortalecimento das relações sociais.

6 REFERÊNCIAS

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço público e "nova urbanidade" no contexto direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTRO, A. **Espaços públicos, coexistência social e civilidade**. In: **Anais do Congresso Nacional de Geografia Urbana**, 2018.
- GOHEEN, P. G. Public space and the geography of the modern city. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 4, p. 479–496, 1998.
- GOMES, P. C. da C. Espaço público, espaços públicos. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 47, n. 2, p. 267–284, 1985.
- MERRIMAN, P.; REVILL, G.; CRESSWELL, T.; LORIMER, H.; MATLESS, D.; ROSE, G.; WYLIE, J. Landscape, mobility, practice. **Cultural Geographies**, v. 15, n. 4, p. 567–575, 2008.
- PEREIRA, E. M. Cidade, urbanismo e mobilidade urbana. **Revista Cidades**, v. 12, n. 4, p. 78–95, 2012.
- PESSOA, F. The landscape, admirable as a picture, rarely makes a comfortable bed. **Journal of Urban Landscapes**, v. 10, n. 3, p. 345–357, 2010.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Revista Brasileira de Geografia Humana**, v. 7, n. 2, p. 123–136, 2003.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **Revista de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 34–49, 2005.